



A questão indígena em debate

Conflitos em Rondônia e demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol são discutidos em Plenário por Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Valdir Raupp

AUGUSTO BOTELHO

Em uma nova política, devemos dar voz ativa às diversas etnias

MOZARILDO CAVALCANTI

Há índios que já se consideram independentes da nação brasileira

VALDIR RAUPP

Normas para exploração de jazidas evitariam os conflitos

Página 3

O governo em debate



ARTHUR VIRGÍLIO

Mudar meta de inflação seria desserviço ao país

VALMIR AMARAL

Brasil pode estar a caminho de mais uma década perdida

ALVARO DIAS

Falta autoridade e imagem do país no exterior fica comprometida

IDELI SALVATTI

Críticas mostram inconformismo com a derrota nas eleições

Páginas 4 e 5



PREOCUPAÇÃO João Alberto quer órgão atuante, que possa dinamizar as culturas locais

Nova Sudene continua sendo "uma miragem", diz João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou suas preocupações com o futuro dos órgãos de fomento do desenvolvimento do Nordeste. João Alberto teme que continue sendo "uma miragem" a criação de instituição capaz de incentivar o desenvolvimento regional. O senador lembrou que, em 2001, foi criada por medida provisória a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e extinta a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 2003, um projeto de lei propôs a recriação da Sudene e a extinção da Adene.

– Esses sucessivos eventos não saíram das perspectivas e boas intenções. Continua miragem uma nova Sudene blindada contra corrupção, concebida para ser uma instituição capaz de incentivar e promover a competitividade regional. Uma instituição que privilegie a questão social, abandonando a preocupação obsessivamente econômica, dinamizando valores econômicos e culturais locais, impulsionada por técnicos competentes e de visão estratégica – afirmou ele.

Serys destaca semana do software livre

■ Ela informa que a iniciativa do Executivo irá capacitar mil servidores públicos, em mais de cem cursos

O Comitê Técnico de Implementação do Software Livre, da Presidência da República, realiza, a partir de segunda-feira, na Universidade dos Correios, em Brasília, a 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre. A informação foi prestada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Inclusão Digital e pelo Software Livre, ou seja, aquele que pode ser usado, copiado e distribuído livremente.



PROTEÇÃO Serys ressalta ainda os 15 anos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

– Essa iniciativa do governo federal representa um momento muito especial e vai, sem dúvida nenhuma, marcar a agenda positiva da administração pública neste período em que tantos procuram pontificar

como pregoeiros do caos, tentando fazer acreditar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva seria um governo inteiramente paralisado – assinalou.

De acordo com Serys, mil funcionários públicos deverão ser treinados nos mais de cem cursos que serão oferecidos durante a semana.

Ela destacou que, com a capacitação, o governo Lula começa a enfrentar o problema da remessa de royalties ao exterior no pagamento da manutenção do software proprietário (programa de computador que requer pagamento para seu uso, cópia ou redistribuição). Serys comentou que, com a ampliação do uso do software livre, o Executivo federal poderá reduzir significativamente o envio de capital, hoje estimado em R\$ 1,1

bilhão por ano.

Chapada dos Guimarães

Outro assunto abordado pela senadora foi o aniversário do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, transcorrido no dia 12 de abril. Ela lamentou que, apesar de já estar completando 15 anos, o parque nem sequer teve seu plano de manejo implementado. Lembrou que isso deveria ter sido concluído até 1993, conforme estipulava o decreto de criação do parque, assinado pelo então presidente da República José Sarney.

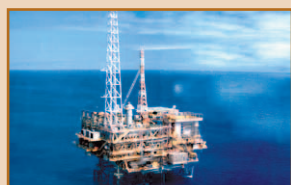
Para a parlamentar, desmatamentos e queimadas têm se sucedido anualmente, junto com construções irregulares, acúmulo de lixo e outras ações predatórias que vêm comprometendo o meio ambiente.

Agenda

Votações de MPs continuam na próxima semana

O Plenário realiza hoje, às 9h, sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa diretora. Na próxima

semana será retomada a discussão dos projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações da Casa.



Comissão ouve presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, participa de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura (CI), que se reúne na terça-feira às 11h. Dutra presta esclarecimentos a respeito da aquisição de duas plataformas de petróleo, a P-51 e a P-52, e sobre o programa de licitações de plataformas para os próximos cinco anos.

Livro sobre Conselheiro

Na quinta-feira, às 18h30, será realizado o lançamento do livro *Antonio Conselheiro*, de Guilhon Loures, na biblioteca do Senado. A publicação traz uma releitura sobre a guerra de Canudos e seu personagem central.

Joyce na Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta amanhã, às 16h, o *Música do Brasil*, que vai mostrar interpretações da cantora Joyce, para obras de sua autoria, e parcerias com Rodolf Straeder. O programa é apresentado pelo ex-senador Artur da Távola.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Jucá elogia política de transparência do Banco Central

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou a política adotada pelo Banco Central de investir cada vez mais na transparência da instituição. O senador comentou que o banco completará 40 anos em dezembro e nunca esteve tão em evidência para a sociedade.

– Dada a importância e o alcance que têm as decisões tomadas pelo Banco Central na condução da política monetária, são sempre bem-vindos os esforços que visam promover a transparência e a prestação de contas – disse Jucá.

Em 2001, informou, foi definida política de transparência, para tornar a instituição conhecida pela sociedade em sua eficácia na manutenção da estabilidade da moeda. Entre as iniciativas tomadas desde então, o senador destacou a redução do risco sistêmico na economia brasileira.



INTERESSE Para Jucá, o BC nunca esteve tão em evidência na sociedade brasileira

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



EXEMPLO Paulo Elifas elogia projetos implantados pelo Incra no estado

Rondônia é exemplo de colonização, afirma Paulo Elifas

Eram apenas 70 mil pessoas na década de 60. Hoje, são mais de 1,5 milhão de habitantes. Em Rondônia, afirmou o senador Paulo Elifas (PMDB-RO), registrou-se, ao longo das últimas décadas, um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Nos últimos 40 anos, segundo ele, o estado foi ocupado produtivamente pela policultura, o que propiciou também

uma melhor distribuição fundiária. Tanto é que, hoje, quase 90% dos estabelecimentos rurais se enquadram na categoria da pequena produção familiar até cem hectares.

Ao traçar um histórico da ocupação territorial do estado, Paulo Elifas atribuiu ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o título de "paisagista da rede

de cidades de Rondônia".

– Foram os seus projetos de colonização e de assentamento dirigido os moldes para o desenvolvimento urbano e social do estado. A colonização de Rondônia se fez na sua grande maioria por pequenos produtores rurais com características familiares.

Segundo o senador, o estado está

pronto para "responder às necessidades da nação", mas para isso precisa de atenção do governo federal, em especial para a recuperação do que ele classifica de "espinha dorsal" do estado, a rodovia BR-364.

– É necessário que a BR-364 seja recuperada, refeita nos trechos destruídos pelo transporte pesado de madeira, soja, café e boiadas.

Inclusão social é a receita para a Amazônia, diz Fátima Cleide

Coibir a grilagem, a violência, o desmatamento e a concentração de terra e renda, além de fazer investimentos em infraestrutura, é, no entender da senadora Fátima Cleide (PT-RO), o caminho natural para que a Amazônia seja preservada e parta para um crescimento seguro, com justiça social.

Segundo Fátima Cleide, essas são algumas das prioridades contidas na "Carta de Porto Velho", documento publicado no final da 3ª Conferência da Amazônia, realizada recentemente na capital de Rondônia, e que reuniu mais de 600 delegados, agentes públicos e ativistas de movimentos sociais da Região Norte.

Fátima Cleide observou que, ao final do encontro, ficou claro o desejo comum de "uma nova Amazônia, com inclusão social e responsabilidade ambiental". Ela afirmou que as peculiaridades da região não representam problema para inseri-la no projeto de desenvolvimento nacional.

O resgate do planejamento estratégico regional é, observou a senadora, outro ponto considerado prioritário para que a região possa se desenvolver. E isso só seria possível, na avaliação de Fátima Cleide, com a criação de uma nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



DESENVOLVIMENTO Para Fátima Cleide, planejamento regional só com uma nova Sudam

Augusto Botelho propõe nova política indigenista

■ Índios deveriam ser ouvidos antes de o governo tomar qualquer iniciativa, afirma o senador

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu ontem uma nova política indigenista, que, a seu ver, deverá passar, necessariamente, pelo crivo da vontade dos índios. Ele lembrou que a demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol "não atende aos interesses dos indígenas que a habitam".

A área da Raposa/Serra do Sol, disse Augusto, é composta por indígenas aculturados, na sua esmagadora maioria, que se ocupam do comércio, da política e da agricultura, e já estariam entrosados com o modo de vida dos não-índios. Lá, os índios são capazes de zelar pelos seus interesses e de dizer



MODERNIDADE Augusto observa que índios da Raposa/Serra do Sol sabem o que querem

como querem viver, ressaltou.

Infelizmente, lamentou o parlamentar, para setores do governo federal e, sobretudo, da Fundação Nacional do Índio (Funai), os índios da Raposa/Serra do Sol são como quaisquer outros (ditos isolados), que não teriam condições de

expressar sua vontade e que devem, por isso mesmo, ser alvo de política indigenista formulada por burocratas e não por eles próprios.

– Vivemos em um Estado democrático de direito e, portanto, devemos dar voz ativa às diversas etnias da Raposa/Serra do Sol. Devemos buscar saber como querem viver e não impor, de cima para baixo, uma política indigenista para eles – afirmou Augusto Botelho, para quem os índios da área da Raposa/Serra do Sol querem ter máquinas agrícolas, televisão, escola de qualidade, água gelada, ou seja, "os confortos que a vida moderna nos proporciona".

O senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou a necessidade de ampliar o debate sobre a ausência do Estado como a causa primária dos conflitos que ocorrem tanto nas grandes cidades quanto no campo.



EXCLUSIVIDADE Mozarildo diz que só a União pode autorizar exploração do subsolo

solo das propriedades a eles destinadas transcende a legislação relativa à exploração comercial dessas áreas, principalmente no tocante às jazidas minerais do subsolo, que estão submetidas à União.

– Somente a União pode conceder direitos de exploração do subsolo brasileiro – enfatizou.



IMPARCIALIDADE Raupp afirma que os dois lados exploravam diamantes ilegalmente

Raupp pede recursos para evitar novos conflitos em RO

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez ontem um apelo ao governo federal para que adote providências no sentido de que não se repitam episódios de violência como o massacre de garimpeiros e as execuções de presos. Ele apelou ainda para que sejam investidos em Rondônia recursos capazes de gerar empregos necessários à manutenção da paz social.

O parlamentar propôs analisar os conflitos entre índios e garimpeiros na reserva dos cintas-largas levando em conta as necessidades dos índios e também dos garimpeiros, mas observando que os dois lados vinham explorando diamantes ilegalmente. Para Raupp, o massacre não tem justificativa.

O senador disse acreditar que a aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto estabelecendo normas para a exploração de jazidas minerais resolveria o problema. O projeto é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Para Raupp, o desenvolvimento econômico é a saída para evitar o desemprego. O gasoduto prometido para Rondônia, com início das obras previsto para este ano, está sendo relegado a segundo plano, enquanto o do Amazonas terá suas obras iniciadas em 2004, comentou o senador.

Mozarildo comunica nota de repúdio a dirigente da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comunicou ao Plenário que a comissão temporária mista que estuda as causas dos conflitos fundiários na Amazônia aprovou nota de repúdio às declarações do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, sobre a chacina de garimpeiros na reserva indígena Roosevelt, da tribo Cintalarga, em Rondônia. Mércio Gomes teria dito que "índio pode matar", conforme sustentou o parlamentar por Roraima, que pediu a substituição do dirigente da Funai.

Na condição de presidente da comissão temporária, Mozarildo recordou que, em vários discursos, pediu cautela na es-

colha do dirigente máximo da entidade responsável pelos índios, ressaltando que a negligência ante esse fato tem resultado na distorção do real significado dos direitos dos índios sobre a terra. Segundo o senador, sob a bandeira da divisão dos índios em nações, e não em etnias, desmandos de toda ordem têm ocorrido, colocando em xeque o poder da União no controle da exploração das extensas áreas demarcadas para indígenas. "Existe apenas a nação brasileira, e os índios fazem parte dela", frisou.

Mozarildo Cavalcanti ressaltou que, hoje, os índios se consideram independentes da nação brasileira e entendem que seu poder sobre o solo e o sub-



RISCO Segundo Eduardo Azeredo, situação pode afastar cada vez mais os investidores

Azeredo quer defesa firme das leis e da ordem

Ao citar o episódio da invasão, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de uma fazenda da empresa Veracel, no sul da Bahia, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal uma postura mais firme na defesa das leis e da ordem.

– O presidente Lula precisa sinalizar que tem autoridade para fazer funcionar a ordem pública, sob pena de ver os investidores estrangeiros se afastarem cada vez mais do país.

A fazenda da Veracel representa um investimento, com participação de capitais brasileiro, sueco e finlandês, de US\$ 1,25 bilhão (cerca de R\$ 3,5 bilhões), com a perspectiva de produzir 900 mil toneladas de celulose por ano e criar 10 mil empregos diretos e indiretos. A invasão foi criticada em editorial de *O Estado de S. Paulo*, sob o título “O inferno ofertado ao investidor”.

O senador citou trecho do editorial que afirma que “se o governo não tem condições nem de garantir a integridade patrimonial dos que se dispõem a acreditar no potencial econômico-produtivo do Brasil, o que se pode dizer a respeito de marcos regulatórios, de estabilidade contratual e de todos aqueles itens que consubstanciam a confiança de quem pretende investir seu capital?”

Lúcia Vânia teme fracasso do programa Primeiro Emprego

O programa Primeiro Emprego, lançado no ano passado com o objetivo de criar 250 mil postos de trabalho para os jovens até o fim de 2004, está paralisado e precisa passar por profundas mudanças, sob pena de acabar entrando para a lista de fracassos na área social do atual governo, alertou

Lúcia Vânia (PSDB-GO). A senadora fez a advertência depois de ler matéria publicada nesta semana pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostrando que apenas uma pessoa, de nome Renison Santos Freire, de 21 anos de idade, foi beneficiada pelo programa, até a manhã do último dia 15, de acordo com in-



CRÍTICA “Dificuldades do governo estão na inércia dos seus gestores”, diz Virgílio

de maneira firme pelo que é melhor para o país – afirmou.

Conforme o senador, não procede o argumento de que o aumento da meta de inflação permitiria mais folga para baixar a taxa de juros e, conse-

■ Para ele, governo deve aumentar poupança, atrair investimentos de longo prazo e aplicar em infra-estrutura

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a possibilidade de o governo federal alterar o sistema de metas de inflação vigente no Brasil, afirmando que o debate sobre o aumento da meta é um desserviço ao país. Para o senador, se existe algo de bom na administração Lula, foi ter vencido as dificuldades de início de governo e retomado o controle da inflação.

– O governo federal está paralisado. Mas as dificuldades do governo não estão na equipe econômica, e sim na inércia dos seus gestores e na dificuldade que Lula tem para optar

Alvaro Dias: imagem do Brasil está comprometida pela falta de autoridade

A imagem do Brasil está comprometida pela demonstração de falta de autoridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo disse ontem Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele fez a afirmação ao analisar a repercussão internacional das invasões feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as dificuldades econômicas, como a alta taxa de desemprego, que, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), atingiu o recorde histórico de 20,6% na região metropolitana de São Paulo.

Alvaro Dias leu manchetes e trechos de matérias dos jornais europeus *El País* e *Le Monde*, que classificam as invasões



REPERCUSSÃO Alvaro Dias destaca manchetes e trechos de jornais europeus

pelo MST de dezenas de fazendas produtivas como “um desafio a Lula”, recordam que o presidente ajudou a fundar o MST “em seus tempos de oposição”, e relatam que “a popularidade do presidente brasileiro é corroída pela corrupção”.

O senador também apresen-

qüentemente, levar o país ao crescimento econômico. Para ele, o governo deve se preocupar em baixar mais a inflação, aumentar a poupança, atrair investimentos de longo prazo e investir em infra-estrutura. Só assim, ressaltou, haverá o crescimento econômico sustentável que a população deseja.

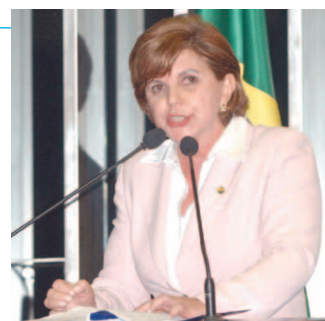
Em aparte, Cristovam Buarque (PT-DF) disse estar totalmente de acordo com a posição defendida por Virgílio. Ele afirmou que, em um país com cultura inflacionária, já deve haver comerciante remarcando preço e sindicato pensando em fazer greve para garantir um aumento de salário que contemple a possível nova meta.

Alberto Silva (PMDB-PI) apoiou Virgílio e disse que o senador, apesar de opositorista, contribuiu com o governo, em vez de apenas criticá-lo.

tou ofícios encaminhados à CPI da Terra em que a Ouvidoria Agrária Nacional intercede em favor de presos por roubo e assassinato, pedindo a soltura deles como forma de facilitar a atuação do Inbra e a execução da reforma agrária.

– Não cabe à Ouvidoria solicitar soltura de presos. Isso é, no mínimo, intromissão indébita. A Ouvidoria está extrapolando funções e prerrogativas.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou pesquisa revelando que a maioria dos latino-americanos não acredita mais na democracia. “O que está faltando neste país é a autoridade do presidente da República”, afirmou.



ADVERTÊNCIA Lúcia Vânia afirma que programa está paralisado e deve mudar



DESCONTROLE Dívida cresceu 62% no governo Fernando Henrique, lembra Simon

Simon elogia OAB por cobrar auditoria da dívida externa

A decisão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para obrigar o Congresso a instalar comissão com a finalidade de fazer auditoria da dívida externa do país, segundo noticiou a imprensa, foi elogiada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o parlamentar, trata-se de uma grande iniciativa, uma vez que a dívida externa brasileira cresceu de US\$ 148 bilhões, quando da posse, em janeiro de 1995, do presidente Fernando Henrique Cardoso, para US\$ 241 bilhões, em dezembro de 1999. Esse crescimento de 62%, ressaltou o senador gaúcho, ocorreu mesmo tendo o Brasil pago, entre juros, amortizações e rolagem, mais de US\$ 186 bilhões no período.

– Estou certo de que o STF fará com que o Congresso constitua essa comissão mista – disse Simon, para quem a análise aprofundada da dívida externa certamente trará algumas surpresas.

Simon quer saber, por exemplo, quantas vezes a dívida foi paga, levando em consideração o valor desembolsado pelo Brasil para honrar os compromissos com juros. Para o senador, enquanto não for equacionada a questão da dívida brasileira, tanto a externa quanto a interna, o crescimento da economia estará comprometido.

O presidente da OAB, Roberto Busato, afirmou que a auditoria está prevista na Lei 9.882/99, que exige a aplicação pelo Congresso Nacional do artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Conforme esse dispositivo, informou o senador, o Legislativo teria prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, para realizar a auditoria.

Moreira Mariz

Foto: Moriz

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Para Ideli, discurso da oposição reflete inconformismo com derrota eleitoral

■ Ocupações de terras e greves são ações que fazem parte da democracia, observa a senadora

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), manifestou ontem sua preocupação com o tom de discursos feitos no Plenário pela oposição, segundo a qual o Brasil mergulha no caos, na paralisia e na falta de autoridade. Para a senadora, há tal despropósito nesse tipo de intervenções que elas mais parecem destilar inconformismo com a derrota eleitoral.

As situações destacadas pela oposição referem-se a ocupações de terra e a greves, ações que, conforme a senadora, fazem parte da democracia. Ideli



AGILIDADE Ideli pede aos colegas que votem com rapidez o PLV da Cofins, PIS e Pasep

questionou se os que apontam a suposta falta de autoridade não estariam de fato pedindo autoritarismo.

Aos que criticam a paralisia do governo, Ideli lembrou que

a dívida pública contraída por outros governos ainda intranquiliza o país, como atestou nesta semana o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar de a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter conseguido diminuir o peso desses encargos, seu montante ainda não permite uma perspectiva concreta de crescimento econômico superior a 3,5% ao ano, afirmou a senadora. Além do problema do endividamento, a falta crônica de investimento não permite que o país cresça com rapidez e de maneira sustentável.

Ideli Salvatti voltou a pedir mais agilidade da Casa nas votações. Ela disse esperar que na próxima terça-feira o projeto de lei de conversão (PLV 21/04) que estabelece a cobrança da Contribuição para o Financia-

mento da Seguridade Social (Cofins) e dos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) sobre produtos e serviços importados seja votado, para que suas medidas possam chegar aos beneficiados.

Calamidades

A líder do PT lamentou ainda que nem todos os parlamentares tenham feito sugestões de emendas para que o governo estude o remanejamento de verbas para o atendimento prioritário a calamidades, como a seca e as enchentes que atingiram alguns estados.

Como subsídio, a senadora entregou à Mesa parecer da sua assessoria técnica para uma emenda de sua autoria que pedia R\$ 6,6 milhões para melhoria sanitária de Santa Catarina.

Mozarildo alerta para riscos da Lei de Biossegurança

O projeto da Lei de Biossegurança, aprovado pela Câmara dos Deputados, ameaça colocar o Brasil em uma situação de atraso científico e de dependência econômica em relação às pesquisas que se desenvolvem em muitos países do mundo, visando à descoberta da cura para doenças como o diabetes ou o Mal de Parkinson. O alerta foi feito pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), ao criticar a proibição radical de pesquisas com células-tronco embrionárias, prevista na proposta em discussão no Senado.

Pelo texto que chegou ao Senado, a pesquisa só seria permitida caso as células-tronco fossem obtidas a partir de cordões umbilicais, medulas ósseas ou placentas, ficando proibida, no Brasil, a manipulação pelos cientistas de células provenientes de embriões já existentes em clínicas de fertilização ou produzidos pela chamada "clonagem terapêutica".

– É fato notório que, periodicamente, milhares de embriões são descartados em clínicas de fertilização *in vitro*. Caso seja aprovado em sua forma atual, o projeto dará ensejo a uma situação surreal: os embriões poderão ser destruídos, desde que não seja para a obtenção de células-tronco que curem doenças ou salvem vidas – raciocinou.

Uma das mais promissoras vertentes da medicina na busca pela cura das doenças neurodegenerativas (casos do Mal de Parkinson ou de Alzheimer), a pesquisa com células-tronco, explicou Mozarildo (que é médico), pode levar à descoberta de formas de reconstituir órgãos e tecidos danificados. Pesquisas do gênero vão continuar a se desenvolver em todo o mundo, enquanto permanecerem proibidas no Brasil, levando o país a pagar o preço em duas moedas, explicou o senador.

– A primeira será econômica, pois a tecnologia necessária para a aplicação das terapias não será barata. E a segunda moeda se constituirá na perda de nossos melhores cérebros para os países que mais avançarem nessas pesquisas, processo que já começa a ocorrer – afirmou Mozarildo.

Valmir Amaral: país poderá ter nova década perdida

Afirmando que o povo brasileiro não agüenta mais ver sua renda diminuir, enquanto os bancos registram rendimentos recordes, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) questionou em discurso ontem se o Brasil não está caminhando para mais uma década perdida.

– O governo precisa, de uma vez por todas, dar uma guinada na direção de sua política econômica, no sentido de gerar emprego e renda – disse o senador.

Valmir Amaral frisou que os números da economia são amargos e citou dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram que o índice de desempregados continua a crescer, chegando à casa dos 12% nas seis maiores regiões metropolitanas do país.

O parlamentar explicou que, em comparação a fevereiro de 2003, a renda média do trabalhador brasileiro teve uma queda de 5,7%, cerca de 20% abaixo do seu nível em 1998, em termos reais. Na avaliação do senador, o único indicador que o Banco Central e a equipe econômica parecem enxergar é o das metas de inflação.

– Não interessa se os salários estão corroídos, se os impostos e as tarifas públicas são



MUDANÇA Valmir Amaral sugere guinada na economia para gerar mais emprego e renda

onerosos, se não há política industrial efetiva nem estímulo à produção e geração de empregos. O que importa é controlar a inflação, uma miopia que só vislumbra a fria leitura de balancetes – afirmou o senador.

Valmir Amaral criticou a equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva por, mediante altas taxas de juros, estrangular a capacidade de produção e de crescimento das empresas brasileiras. Para efeito de comparação, ele destacou que a ação do governo federal se assemelha a controlar uma hemorragia na perna com sua amputação. Ele pediu que se estabeleça um novo pacto para o progresso da economia nacional.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o governo não está sabendo estimular o empresariado.

Brasil é referência em treinamento, afirma Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o Brasil já vive experiências que mostram que o país está se tornando referência internacional na área de treinamento e capacitação de pessoal. Um exemplo, segundo Tuma, foi a participação de 47 trabalhadores da siderúrgica chinesa Nisco (Nanjing Iron and Steel Company) no programa de treinamento oferecido pela Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), no primeiro bimestre deste ano, em Cubatão (SP).

A empresa brasileira foi escolhida depois que um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos siderúrgicos, a austríaca Voest Alpine (VAI), analisou os resultados do contrato firmado em 2001 quando a Cosipa adquiriu sua nova aciaria. “No processo de transferência de tecnologia e conhecimento normalmente associado a tais transações, os profissionais da Cosipa tiveram desempenho admirável”, relatou Tuma. Segundo o senador, a fabricante austríaca comparou os resultados com os de outros contratos executados com empresas dos Estados Unidos e da Europa, e ganhou o desempenho dos brasileiros.

– Ela chegou à conclusão que o melhor país para o treina-



EFICIÊNCIA Tuma relata que profissionais da Cosipa tiveram desempenho “admirável”

mento dos trabalhadores chineses era o Brasil – contou Tuma. Diante dessa constatação, continuou, a VAI assinou um contrato de transferência de tecnologia e conhecimento com a Cosipa, possibilitando o treinamento dos técnicos chineses nas áreas de metalurgia, operação, automação, manutenção mecânica, elétrica e hidráulica, com conhecimentos teóricos e práticos do processo de lingotamento contínuo, que é a última etapa do processo de fusão e refino do aço.

Tuma ressaltou que a escolha da Cosipa “comprova que vale a pena investir em pesquisa e desenvolvimento e em ciência e tecnologia”.

Ele acrescentou que a siderúrgica brasileira investiu mais de US\$ 1 bilhão nessas áreas nos últimos anos.

Viana anuncia vacinação em áreas de fronteiras

Populações em localidades de fronteiras nas Américas serão imunizadas contra doenças como hepatite B, poliomielite e febre amarela



REFORÇO Experiência semelhante, realizada no ano passado, obteve grande sucesso, informa Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou que será realizada, de 26 a 30 próximos, a Segunda Semana Americana de Vacinação, que beneficiará todas as po-

pulações das Américas localizadas nos estados e municípios de fronteira. Os habitantes dessas áreas, de todas as idades, receberão vacinas contra hepatite B, poliomielite, febre amarela, difteria, tétano e coqueluche.

A primeira semana de vacinação foi realizada no ano passado e, segundo Tião Viana, com sucesso total, quando foram aplicadas vacinas para crianças. Até mesmo países que já vacinam normalmente suas populações, como os Estados Unidos, participam do esforço, capitaneado pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde, com apoio do Centro de Doenças dos Estados Unidos (CDC).

– Consolidar a proteção das fronteiras significa evitar a entrada de doenças – afirmou Viana, que ressaltou os benefícios da medida na defesa de populações locais. No Brasil, anunciou ele, mais de cem municípios serão beneficiados.

No ano passado, a iniciativa levou vacinas a 15 milhões de crianças. Para o senador, se os países africanos fizessem algo parecido, poderiam evitar milhares de mortes diárias de crianças – lá, cerca de 35 mil crianças morrem diariamente por fome e doenças evitáveis, segundo informou o parlamentar.

Mão Santa cobra socorro para o Hospital Universitário de Brasília

O senador Mão Santa (PMDB-PI), que também é médico, pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que resolva os problemas do Hospital Universitário de Brasília (HUB), ligado à Universidade de Brasília (UnB). A instituição está ameaçada de paralisar atividades por causa de uma dívida de aproximadamente R\$ 7 milhões. Ele informou que os remédios estão chegando ao fim e os fornecedores não aceitam mais entregar mercadorias ou prestar assistência técnica aos equipamentos de última geração.

– Não adianta dizer que esse é um problema do governo de Brasília. O hospital está ligado diretamente ao governo federal. O secretário de Saúde do DF disse que o problema é federal. Se é problema federal, quem resolve é o ministro da Saúde ou o presidente da República – afirmou.

O HUB, conforme Mão Santa, vem reduzindo nos últimos anos o atendimento à população, principalmente nas áreas de atendimentos mais complexos. Desde 2002, acrescentou o senador, a verba que o hospital recebe do Ministério da Saúde não é reajustada. O setor de quimioterapia do HUB, continuou, é dos mais avançados, mas enfrenta problemas graves, especialmente pela falta de remédios.

Ele pediu apoio para aprovação de projeto da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) que proíbe a fixação de tetos financeiros para pagamentos



DÍVIDAS Sem recursos, o HUB está ameaçado de paralisar o atendimento à população, alerta Mão Santa

do Sistema Único de Saúde (SUS) à rede de hospitais conveniados e de ensino universitário. Com isso, a situação dos 155 hospitais universitários do país (estaduais e federais) será amenizada, pois os tetos são calculados com base em atendimentos anteriores. Quando há aumento no atendimento ou inflação, os hospitais sofrem as conseqüências.

– Se o presidente Lula devolver o avião que está comprando para viajar, esse dinheiro poderá ir para os hospitais, melhorando o atendimento de pessoas pobres – sustentou Mão Santa. Ele recebeu o apoio, em apartes, dos senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Valmir Amaral (PMDB-DF).



ARTE Josias Wanzeller (E) se apresenta no estande do Senado na bial de livro de SP

Teatro mamulengo encanta crianças

Desde a abertura da 18ª Bial Internacional do Livro de São Paulo, em 15 de abril, centenas de pessoas já assistiram ao espetáculo de teatro mamulengo *O menino sem nome*, que vem sendo apresentado duas vezes por dia no estande do Senado. A autoria, produção e interpretação da peça é de Josias Wanzeller, artista plástico e funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) da Casa.

Pela primeira vez, o estande do Senado reservou um espaço especialmente para as apresentações de Josias – que já vêm sendo feitas desde o ano passado. Um miniteatro de arena foi construído na bial de São Paulo. No entanto, a área tem sido pequena para a quantidade de crianças e adultos que se aglomeram para ver a peça, com duração de meia hora.

O espetáculo tem encantado as crianças, que acompanham as músicas com palmas e pulam para estourar as bolhas de sabão supostamente asso- pradas pelos bonecos. O texto conta a

história de um menino que não tem nome nem vai à escola, apenas vende pirulitos na rua. Com seus amigos, ele ganha um nome (Severino), descobre os livros e, por meio deles, a importância de saber ler, estudar e frequentar a escola. Ao final, o apresentador sai de trás da proteção que o esconde e se apresenta às crianças.

Há oito anos trabalhando com teatro mamulengo, Josias traz alguns de seus bonecos de Pernambuco, onde são produzidos artesanalmente por artistas populares como Bibio dos Bonecos e Mestre Saúba. Outros são de Brasília, feitos pelo artista Moisés Bento. Eles são batizados com nomes populares e engraçados, como Zé Queixada, Dona Josefina da Perna Fina e o Palhaço Fogueteiro. Os fantoches movimentam a boca e os olhos, o que desperta ainda mais a atenção e admiração das crianças.

Maiores informações sobre o teatro mamulengo podem ser obtidas na página <http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0015.html>.



A escritora Lygia Fagundes Telles (na foto, entre a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos, e o diretor do ILB, Florian Madruga) esteve na noite da última segunda-feira no estande do Senado na 18ª Bial Internacional do Livro de São Paulo, onde gravou entrevista para o programa *Leituras*, da TV Senado, apresentado pelo jornalista Maurício Melo Júnior. Nas palavras do apresentador, a autora, integrante da Academia Brasileira de Letras, “alia, sem confrontos, a sutileza do sonho e a aspereza do cotidiano”. Na entrevista, ela afirma que o papel do escritor é seduzir e buscar a cumplicidade do leitor.

Mesquita Júnior critica o ministro Ricardo Berzoini

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) reclamou, em Plenário, da falta de sensibilidade do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, a quem solicitou audiência em março para tratar do registro do Sindicato dos Servidores Municipais de Sena Madureira (Acre), não recebendo resposta até agora. O senador explicou que utilizou o recurso do pedido de audiência porque a equipe do ministro também não deu respostas a suas indagações.

Geraldo Mesquita, que classificou a atitude do ministro como “arrogante, prepotente e deselegante”, disse que se via obrigado a convocar o ministro ao Senado para explicar quais os problemas que seu ministério consegue resolver.

Para o senador acreano, esse tipo de procedimento é uma indicação de que algumas coisas devem ser mudadas na equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “uma pessoa humilde que recebe a todos que o procuram”.

– Lula deve transmitir a seus ministros essas mesmas lições de humildade – afirmou Mesquita Júnior, acrescentando que um assunto como esse, “tão banal”, não deveria precisar chegar à tribuna do Senado para esperar uma resolução.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) solidarizou-se com Mesquita Júnior.



AVALIAÇÃO Mesquita Júnior reclama da falta de resposta a pedido de audiência

Mesquita Júnior elogiou, no entanto, o trabalho da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e a agilidade para solucionar os problemas de sua pasta. Ele disse que a ministra respondeu em tempo recorde a um pedido de informações a respeito de duas revendas de gás na cidade de Cruzeiro do Sul que estariam praticando preços abusivos.

De acordo com as informações da ministra, baseadas em dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), os preços médios em outras cidades da região variam de R\$ 36 a R\$ 38 por bujão de gás, enquanto em Cruzeiro do Sul os valores atingem R\$ 50, o que comprova a prática de abuso. Mesquita Júnior informou que a ANP encaminhou o assunto para as devidas providências.

Patrícia Saboya homenageia o ex-deputado Paulino Rocha

A memória do ex-deputado estadual cearense José Paulino de Aguiar Rocha foi homenageada, em Plenário, pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). Ela destacou o talento de Paulino Rocha como comentarista, comunicador e orador. “Ele foi

um líder esportista e político”, assinalou.

A senadora mencionou o entusiasmo do ex-deputado na defesa da construção do Estádio Castelão, em Fortaleza. Segundo afirmou, “o comentário histórico feito por Paulino Rocha, em 1973, dos estúdios da Rádio Verdes Mares, em favor da obra, marcou a sua trajetória”.

Patrícia Saboya disse que Paulino Rocha foi “um combativo defensor da democracia”. Eleito deputado estadual em 1974, como o mais votado pelo antigo MDB, foi reeleito em 1978, “com uma votação consagradora”, mas não assumiu o mandato por motivos de saúde. Faleceu em 1979, com 46 anos, de câncer pulmonar, informou a senadora.



TRAJETÓRIA Patrícia Saboya lembra luta do homenageado em defesa do Castelão

Demostenes cobra verbas para Fundo Penitenciário

■ Senador alerta para o risco de rebeliões mais violentas do que a verificada no presídio de Rondônia

A não-liberação, pelo governo federal, de todos os recursos para o Fundo Penitenciário foi considerada preocupante pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). Ele denunciou que, ano passado, o Ministério da Justiça executou apenas 34% das verbas do fundo, sendo que, dos R\$ 216.032.429 autorizados, foram gastos somente R\$ 74.310.668. Este ano, acrescentou, o governo liberou somente R\$ 128.998.

– Infelizmente, é previsível que a temperatura do sistema prisional continue a subir e outras manifestações explosivas devem acontecer com igual ou pior grau de violência como a verificada em Rondônia.

Mesmo observando que o atual governo não criou a su-



AMBIENTE Demostenes diz que o governo criou clima para “vale-tudo”

perlotação dos presídios, os conflitos fundiários, o embate entre índios e garimpeiros ou a “narcoguerrilha” nos morros do Rio de Janeiro, o senador alertou que esses problemas agora se exasperaram e fugiram de controle.

– Hoje é possível mensurar o quanto foram irresponsáveis os estímulos provocativos do presidente da República quando, no início do governo,

embebecido pela extensão do seu poder, que à época ele imaginava ter propriedades divinas, vestiu o boné dos sem-terra e em várias outras oportunidades deu azo à impacientação da sociedade.

Rivalidades

Demostenes ressaltou que, “em seus arroubos demagógicos”, Lula incitou a rivalidade entre as classes, aprofundou contradições históricas e criou ambiente propício ao desencadeamento de “um vale-tudo dos descamisados”.

Para o senador, “quando os gestores públicos começam a rasgar o texto das leis, insultar os princípios constitucionais e queimar os códigos em público, acabam por autorizar os governados a praticar o exercício arbitrário das próprias razões. Em sua opinião, a rebelião no Presídio Urso Branco, em Rondônia, é um retrato perfeito da falta total de substância do Estado brasileiro.

Valadares elogia análise de colunista



ANAIS Valadares pede inscrição de artigo de Tereza Cruvinel sobre a violência no país

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu, em discurso da tribuna, a transcrição, nos Anais do Senado, de comentário da jornalista Tereza Cruvinel, publicado em sua coluna “Panorama Político”, do jornal *O Globo*, em que “ela chama a atenção das autoridades competentes para a onda de violência que toma conta do país”.

Valadares elogiou o “senso de responsabilidade e rara inteli-

gência” da colunista ao abordar a questão, principalmente no que se refere aos massacres de garimpeiros em aldeias indígenas, como ocorreu recentemente em Rondônia, às invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por todo o Brasil e à degola de presos por seus próprios colegas de penitenciária, referindo-se à rebelião na unidade prisional de Urso Branco, em Porto Velho (RO).

Luiz Otávio defende gerência do Ibama em Santarém

Baseado em documentação que recebeu da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Pará, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) protestou contra a intenção do conselho gestor do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de propor o rebaixamento, para escritório regional, da gerência administrativa localizada em Santarém, em seu estado.

O senador disse que considerava a idéia “totalmente descabida” e questionou os estudos e necessidades que teriam embasado a proposta do conselho gestor do instituto.

– Trata-se de um equívoco que pode vir a mostrar-se irreparável em suas consequências, em vista da extensão do território abrangido pela gerência de Santarém, bem como da imprescindibilidade de uma



REAÇÃO Luiz Otávio é contra sugestão para transformar gerência em escritório regional

estrutura responsável pelo meio ambiente que corresponda à importância de parte tão significativa de nosso maior patrimônio ecológico: a floresta amazônica.

Alberto Silva quer câmara de gestão para rodovias

Senador estranha fato de ministro pedir R\$ 2 bilhões para tapar buracos: "Este não é o caminho"

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) voltou ontem a sugerir ao governo federal uma maneira de recuperar os 32 mil quilômetros de rodovias federais danificadas. Ele lembrou que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, já recebeu a proposta de criação de uma câmara de gestão, nos moldes da que foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso, pelo ministro Pedro Parente, para resolver a crise de energia que o país enfrentou em 2001. Ele afirmou que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit) não tem estrutura para recuperar a malha rodoviária.

Alberto Silva disse que ficou preocupado com o fato de o ministro dos Transportes,



COMPARAÇÃO "Com R\$ 1,6 bilhão, fazemos 10 mil quilômetros de estradas", diz Alberto Silva

Alfredo Nascimento, haver pedido R\$ 2 bilhões para tapar buracos em 13 mil quilômetros de estradas.

– Tapar buracos não é o caminho. Com R\$ 1,6 bilhão, fazemos 10 mil quilômetros de estradas novas – salientou.

O senador explicou que sua proposta prevê, além da câmara de gestão, acordo com 120 empresas de engenharia para fixar um preço médio nacional

e, em três anos, construir 32 mil quilômetros de estradas, criando imediatamente 1 milhão de empregos. Ele acrescentou que seria necessário R\$ 1,6 bilhão por ano e que, de acordo com levantamento realizado por especialistas, 25 mil quilômetros precisam apenas de asfalto novo, enquanto 7 mil quilômetros necessitam ter a base refeita.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que no início dos anos 70 Alberto Silva foi governador do Piauí e cortou o estado com estradas, ficando conhecido como o "rei das estradas".

– O PMDB não deveria correr atrás de carguinhas, mas sim nos unir e apoiar a proposta de Alberto Silva – sugeriu o parlamentar.

Lobão pede ao governo que recupere BR-316 no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu que parte dos recursos anunciados pelo governo federal para atender serviços de recuperação da malha rodoviária nacional possa ser destinada à reconstrução da BR-316 que atende ao Maranhão. Ele disse que esse é um apelo de toda a população da região, que depende quase que totalmente da estrada para se locomover.

A rodovia, explicou o representante maranhense, é de "relevante importância para a economia maranhense" e está praticamente intransitável.

Segundo Lobão, a calamidade é tão grande que as pessoas são obrigadas a enfrentar buracos, barreiros e desmoronamentos, e levam, na maioria das vezes, mais de uma hora para percorrer apenas 25 quilômetros.

– A minha esperança é a de que esse apelo de multidões maranhenses, que tanto confiaram no dinamismo do presidente que elegeram, seja prontamente atendido, não se permitindo que parte dos recursos a serem liberados deixe de atender a populações por estarem distantes dos centros



APELO Edison Lobão observa que rodovia é de "relevante importância" para o estado

dirigentes do país, embora tão atuantes quanto as que mais o sejam – ressaltou o senador Edison Lobão.



Raupp condena a venda de armas a países da AL

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a importância de documento elaborado por 71 parlamentares peruanos e encaminhado ao Congresso dos Estados Unidos solicitando que os norte-americanos reorientem sua política de vendas de armas aos países latino-americanos. No documento, informa Raupp, os peruanos listam as consequências funestas que esse tipo de comércio acarreta para a região e pedem que o governo de Washington retome a iniciativa do presidente Jimmy Carter, anunciada em 1977, de coibir esse "caríssimo" comércio.

A decisão de Carter foi revogada pelo ex-presidente Bill Clinton, de acordo com Raupp, como resultado de provável pressão exercida pelos grupos empresariais que lucram com o comércio de armas. Portanto, acrescentou o senador, o que se pede não é algo inédito, mas somente o retorno do quadro vigente em fins da década de 70.

O resultado imediato desse comércio, argumentou Raupp, é drenar os já poucos recursos orçamentários dos países, desviando-os dos programas sociais de alta relevância, a exemplo dos projetos voltados para a universalização do sistema educacional público e para criação e manutenção de um adequado serviço de saúde. Além disso, acrescentou, a aquisição de armas contribui para elevar a dívida externa desses países, uma vez que as compras normalmente se efetivam com recursos de empréstimos internacionais.

– A manutenção do comércio

dessas armas, sob o ponto de vista moral, político, econômico e social, é indecoroso e deplorável. Não posso admitir que um continente historicamente marcado por absurdos desníveis sociais possa, acinতোsa e inescrupulosamente, desviar recursos vitais à luta para a superação da miséria e das iniquidades sociais para saciar a sede de ganho imoral por parte de uns poucos.

Outro aspecto mais "tenebroso" da compra desenfreada de armas de tal porte pela América Latina, ressaltou Raupp, é que isso poderá desencadear uma corrida armamentista "anacrônica e deletéria", levando à derrota da decisão tomada ainda na década de 60 de fazer do Atlântico Sul zona livre de armas nucleares. A constituição de arsenais dessa natureza, advertiu o senador, poderá reavivar antigas rivalidades que as nações da América Latina vêm superando, e vai na contramão de iniciativas de integração como a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina, assim como das negociações em torno de uma futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O gigantismo desse comércio de armas especiais também viola, lembrou Raupp, os acordos voltados para a paz e o desenvolvimento na região, celebrados pelos chefes de Estado dos países integrantes do Grupo do Rio. Agride ainda, assegurou o senador, a carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual se determina a obrigatoriedade de "luta coletiva para suprimir a pobreza".

Livro traz dados biográficos de todas as senadoras brasileiras

O presidente do Senado, José Sarney, participa na próxima quinta-feira do lançamento do livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*, editado pela Subsecretaria de Arquivo

do Senado Federal, que pretende investir em projetos sobre a memória do Legislativo.

Essa publicação, que faz parte das comemorações do Ano Nacional da Mulher – 2004, re-

úne a biografia de todas as senadoras brasileiras, relacionando ainda discursos e propostas de sua autoria.

O objetivo do Arquivo do Senado é homenagear as mulhe-

res e mostrar a luta feminina pela cidadania, com foco na representação política. Nas últimas eleições, o número de senadoras praticamente dobrou, passando de cinco para

nove. Essa edição reflete, portanto, momento de afirmação da presença feminina na vida política nacional, percebido também no conteúdo da ação legislativa das senadoras.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Augusto Botelho